

# O governo vai insistir na redução das taxas de juros

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

O Brasil sustentará, perante o comitê interino do FMI, cuja reunião começa amanhã em Washington, a tese de que o êxito do programa de desenvolvimento econômico do País está essencialmente vinculado à redução das transferências de recursos para o Exterior, para o pagamento de sua dívida externa.

Por isso, a principal base dos argumentos brasileiros perante o FMI será a necessidade de redução da taxa de juros incidente sobre a dívida externa, que deveria baixar dos atuais 8 para 5 ou no máximo 6% ao ano. O Brasil teria, então, uma economia anual de US\$ 1 bilhão e 200 milhões, volume de recursos indispensável para financiar o programa de sustentação do crescimento econômico do País, retomado em 1985.

Um dos principais integrantes da delegação brasileira a essa nova reunião do comitê interino do FMI é o chefe da assessoria econômica da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, economista Paulo Nogueira Batista Jr. Egresso dos quadros da Fundação Getúlio Vargas, onde trabalhava no Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional, Nogueira Batista destaca que a atual taxa de juros de 8% ao ano, incidente sobre a dívida externa brasileira é muito elevada e, se conservada, inviabilizaria o programa econômico do governo Sarney de manter a economia em crescimento e garantir a absorção de um número crescente de empregos. Segundo

Nogueira Batista, a taxa de juros teria de retomar a sua posição histórica, para ficar, em termos reais, entre 1 e 2%, ou entre 5 e 6% nominais, considerando a inflação norte-americana de 3,5% ao ano em média.

Os números sobre a transferência de recursos para o Exterior, para o pagamento da dívida externa, são bastante eloquentes para demonstrar a inviabilidade do crescimento econômico se mantivesse o fluxo dos últimos anos. Em 1984, aquela transferência representou 5,6% do produto interno bruto, correspondendo a US\$ 11,8 bilhões. No ano passado, a proporção da remessa de recursos em relação ao PIB ficou em 5,1%, equivalendo a uma transferência de US\$ 11,2 bilhões. Essa colossal massa de recursos, para o governo brasileiro, terá de diminuir substancialmente, a fim de que permaneçam no País maiores disponibilidades para financiar os projetos do setor privado destinados a manter a taxa de crescimento econômico e também a absorção de empregos em escala crescente.

Chefiada pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, a delegação brasileira à reunião do comitê interino do FMI e também à reunião do comitê de desenvolvimento do Banco Mundial enfatizará a posição do governo Sarney de que "a redução da excessiva transferência de recursos para o Exterior constitui elemento indispensável à consolidação do equilíbrio financeiro do setor público, à retomada dos investimentos e, portanto, à sustentação do crescimento de médio e longo prazos".